

CORREIO ECONÔMICO



Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Intervenção cambial histórica do BC 'acalma' dólar

Após intervenção 'histórica' do BC, dólar cai para R\$ 6,1237

Após uma intervenção 'histórica' do Banco Central (BC) no mercado de câmbio – por meio de um leilão de venda de US\$ 3 bilhões, na véspera (18) – logo na abertura da sessão dessa quinta-feira (19), seguido de novo leilão, desta vez, de US\$ 5 bilhões, após cinco pregões de alta, o dólar finalmente recuou, fechando o dia em queda de 2,27% a R\$ 6,1237.

Decisão

Durante exibição do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, explicou que a decisão de intervir novamente no câmbio, nessa quinta-feira (19), foi motivada pela maior demanda que o esperado, no 1º leilão da véspera.

Sem ataque

Também no RTI, o futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo, rechaçou a ideia de ataque especulativo contra o real e alertou que não é correto tratar “o mercado como um bloco monolítico”. Nos últimos dias, o BC vendeu US\$ 13,7 bi em leilões à vista (3,5% das reservas).

Além do impacto da atuação ostensiva da autoridade monetária no câmbio – o maior valor, em um único leilão da história do regime de câmbio flutuante – pesou a votação do pacote fiscal pela Câmara, na mínima de R\$ 6,10. Como resultado, o real, que nos últimos dias exibiu o pior desempenho entre as moedas globais, registrou os maiores ganhos do dia.



Reprodução site Origio energia

Ação visa garantir fornecimento de energia no fim do ano

MME e ONS montam operação especial para o final de ano

A título de 'reforçar' a segurança do fornecimento de energia elétrica durante as festividades de Natal e Ano Novo, o Ministério de Minas e Energia (MME) decidiu montar, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), 'uma operação especial', que consiste em efetuar, em horários determinados, interven-

ções ou manutenções em equipamentos da rede do Sistema Interligado Nacional (SIN), voltadas a procedimentos que impliquem risco de perda de carga. A proibição terá vigência entre 0h do dia 24 de dezembro e 24h do dia 25 de dezembro, como também, entre 0h do dia 31 de dezembro e 24h do dia 1º de janeiro de 2025.

Acesso ao crédito

Para facilitar o acesso ao crédito a micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) da Amazônia brasileira, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) obteve, nessa quinta-feira (19), a aprovação de um empréstimo de R\$ 4,5 bilhões do BID.

Avanço

Com o avanço de todos os indicadores nos próximos meses, os empresários da indústria da construção têm expectativa positiva para 2025, de acordo com Sondagem Indústria da Construção, da CNI, em que o índice do nível de atividade cresceu 1,8 ponto (53,8 pontos).

Contrapartida

Ao mesmo tempo, o programa prevê ainda uma contrapartida de R\$ 900 milhões do BNDES, totalizando R\$ 5,4 bilhões, que oferece um potencial de atender 16 mil empresas de menor porte, mediante prazo de amortização de 25 anos, sendo 5,5 anos de carência.

Cautela

Para o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, “o ano de 2024 foi positivo para a construção, que se encerra com otimismo, mas com cautela, porque há problemas que podem afetar o setor em 2025, como a taxa de juros e a elevação de custos”.

“Disparada do dólar reflete dificuldades do pacote fiscal”

Ex-ministro Henrique Meirelles: real 'não está sob ataque especulativo'

Por Marcello Sigwalt

A disparada recorrente nas cotações do dólar nos últimos dias não significa que o real estaria 'sob ataque especulativo', mas decorre da dificuldade enfrentada pelo governo federal, de aprovar o pacote de corte de gastos no Congresso Nacional.

A sentença é proferida pelo ex-ministro da Fazenda – do primeiro governo Lula – e ex-presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, ao argumentar que, “se investidores internacionais e domésticos acreditam que o país não vai ter problema à frente, compram ativos brasileiros, entram mais dólares, e o câmbio cai. Neste momento, os investidores estão preocupados com a questão fiscal. É a dificuldade que o pacote de corte de gastos está enfrentando no Congresso, com risco de ser aprovado parcialmente ou nem ser aprovado”.

Em resposta às alegações de que o atual patamar do câmbio 'não estaria exagerado em relação aos fundamentos da economia brasileira', Meirelles



Marcos Santos - USP Imagens

Dificuldades do Planalto com pacote fiscal no Congresso estão na raiz da crise cambial

sustenta que “a taxa de câmbio é flutuante. Então, qualquer previsão sobre o patamar do dólar, do euro, do yuan não é previsível. Aqueles que se arriscam a dizer até onde o câmbio vai podem errar. A taxa de câmbio não é determinada por analistas que dizem que determinado patamar é bom para a economia brasileira”.

‘Ataque especulativo’ é uma situação resultante da avaliação de investidores de que uma moeda, no caso o real, está vulnerável ou fragilizada e abandonam suas posições vendendo intensivamente a divisa, criando um efeito manada’.

Sobre as frequentes intervenções cambiais do BC, o ex-presidente da autarquia ex-

plica que elas visam “corrigir ou compensar essa variação de fluxo. Felizmente o BC tem volume de reservas suficiente para manter o mercado de câmbio funcionando e tem agido corretamente”. Como medida mais eficaz para ‘acalmar’ o câmbio, Meirelles receita que “é preciso aprovar o pacote de corte de gastos no Congresso”.

Dívida estável requer superávit de 2,4%

Caso pretenda, de fato, estabilizar a dívida pública, o governo precisará obter superávits primários de 2,4% do PIB ao ano.

A estimativa consta do Relatório de Acompanhamento Fiscal, divulgado, nessa quinta-feira (19), pela Instituição Fiscal Independente (IFI), ligada ao Senado federal, ao projetar que a DGBB (Dívida bruta do Governo Geral) deve fechar 2024 em 78,4% do PIB (Pro-

duto Interno Bruto), a 81,4% do PIB, no ano que vem e a 86,4%, ao final do mandato petista, em 2026.

Na hipótese, cada vez mais factível, de descontrole do cenário fiscal, a IFI entende que o patamar da dívida deve atingir 91% do PIB, em 2027, chegando a 102,3% do PIB, ao longo de 2030, até chegar a 116,3% do PIB em 2034.

No que toca às despesas primárias, a instituição proje-

ta que estas deverão consumir 19% do PIB em 2025, oscilando entre 19% e 19,5% do PIB, entre 2026 e 2034, estimativa que exclui o eventual impacto do pacote fiscal proposto pelo Planalto.

Em nota, a IFI acentua que “as próprias projeções iniciais do impacto das medidas originalmente propostas e sua posterior desidratação no Congresso demonstram claramente que elas são insuficientes para

a produção necessária de um superávit primário de 2,4% do PIB, no médio prazo”.

Ao admitir deterioração da política fiscal este ano, o diretor-executivo da IFI, Marcus Pestana, não pouca críticas, ao comentar que “encerramos 2024, com indicações claras de deterioração das expectativas dos investidores em relação à solidez fiscal, à sustentabilidade da dívida e à consistência da política macroeconômica”.

Cambial recupera o viés positivo da bolsa

Reprodução site Bolsão News



Com intervenção cambial, bolsa pôde voltar aos 121 mil pontos

Em dia de nova atuação do Banco Central no mercado de câmbio para reverter, ao menos em parte, a depreciação do real – com o dólar a R\$ 6,30 na nova máxima histórica, durante a sessão, e ainda a R\$ 6,12 (-2,27%) no fechamento -, o Ibovespa conseguiu recuperar a linha dos 121 mil pontos nesta quinta-feira.

Em alta moderada a 0,34%, aos 121.187,91 pontos no encerramento, o índice flutuou apenas mil pontos entre a mínima (120.768,22) e a máxima (121.769,57) da sessão, com giro a R\$ 27,7 bilhões, após o reforço visto ontem no vencimento de opções sobre o Ibovespa. Na semana, cai 2,75% e, no mês, 3,56% – no ano, recua 9,69%.

Após ter fechado ontem no menor nível desde novembro de 2022, “o Ibovespa teve um dia de alívio em uma semana difícil para os ativos de risco

brasileiros”, diz Anderson Silva, head da mesa de renda variável e sócio da GT Capital.

“Era esperado que um aumento no diferencial de juros entre Brasil e Estados Unidos pudesse atrair mais recursos – ou seja, dólar – para o Brasil, tanto para renda fixa quanto

para variável, levando a uma possível queda frente ao real e nas curvas de juros”, acrescenta, em referência a uma expectativa que tem se frustrado, em parte, pelas incertezas em torno da situação fiscal doméstica. E o cenário se torna ainda mais complexo na medida em

que o Federal Reserve sinalizou, ontem, não apenas possível pausa nos cortes de juros, mas até uma retomada das altas nas taxas de referência, se necessário, observa Silva.

“O Fed parece ter voltado a priorizar a inflação em relação às taxas de desemprego, dando sinais de que haverá uma pausa na queda das taxas em janeiro, que pode se estender por outros meses de 2025, se a pressão inflacionária persistir e a economia continuar robusta”, observa a Janus Henderson Investors em nota, na qual destaca, também, a interpretação do mercado de que o Fed foi hawkish, “provada pela tendência de uma curva de redução das taxas mais lenta”.

Na agenda doméstica, o destaque foi a apresentação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI) e na coletiva de despedida de Roberto Campos Neto.

Copom 'agressivo' derruba os futuros

O mercado de juros operou em dois tempos. A escalada das taxas vista pela manhã deu lugar a uma forte correção em baixa à tarde, que superou 70 pontos-base nas mínimas da sessão. O ajuste foi puxado por uma conjunção de fatores, entre eles declarações do futuro presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, reafirmando o guidance hawkish do Copom. Ajudaram na despressurização do mercado a atuação

conjunta do BC no câmbio e do Tesouro no mercado de títulos, além da perspectiva de finalização das votações do pacote fiscal na Câmara.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2026 caiu de 15,49% para 15,06% e a do DI para janeiro de 2027, de 15,96% para 15,40%. O DI para janeiro de 2029 encerrou com taxa de 15,05% (de 15,64% ontem).

Entre as máximas e as míni-

mas, o gap das taxas dos principais contratos foi de mais de 100 pontos-base. Pela manhã, os juros davam sequência à tendência de alta, com vencimentos rompendo o nível de 16%, diante das preocupações com a desidratação do pacote fiscal no Congresso e à pouca efetividade no 1º leilão de dólar.

Quando a cotação da moeda bateu R\$ 6,30, o BC fez outro leilão, mais robusto, de US\$ 5 bilhões, o que levou enfim

à virada da cotação. A venda de US\$ 8 bilhões num único dia foi recorde no histórico de atuações do BC.

Com o câmbio ajudando, a taxas passaram, num 1º momento na ponta curta, a cair com declarações de Galípolo.

“A fala foi importante, ao reforçar o ‘guidance’ de novas altas de 100 pontos para a Selic”, afirma o estrategista-chefe da Warren Investimentos, Sérgio Goldesntein.